

# Movimentos sociais da atualidade, Capital, Escolarização do Negro e Participação no Mercado de Trabalho

POR JOSÉ CARLOS DE OLIVEIRA RIBEIRO E ARLETE RAMOS DOS SANTOS

*Especialização em andamento em Gestão da Inovação no Setor Público - UESB (Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia). Especialista no Ensino de Geografia - FACE (Faculdade de Ciências Educacionais). Professor da rede pública de Poções (BA), carlosoliveira80@yahoo.com.br*

*Pós-doutora em Educação e Movimentos Sociais do Campo pela UNESP, Docente da UESB, arlerp@hotmail.com*

## RESUMO

Os movimentos sociais de luta por terra no Brasil começaram a surgir na década de 1960, justamente para pressionar o governo federal na agilização dos projetos de reforma agrária no país, sobretudo para redistribuição das terras, uma vez que já era percebido que no Brasil a estrutura fundiária tinha causado ao longo do tempo muitos problemas sociais devido à má distribuição das terras. Assim, o trabalho de pesquisa usa o exemplo do Extremo Sul da Bahia para revelar que após muitas lutas de movimentos sociais em busca da tão sonhada terra, entra em cena um consenso entre empresas capitalistas do agronegócio, políticos eleitos no governo petista e muitos líderes dos movimentos sociais para fazerem parte do governo. Dessa forma, os movimentos ficaram numa certa inércia, uma vez que os líderes compoendo cargos públicos dentro das estruturas de governos ficaram aliados a estes políticos. Tratando também de uma discussão histórica sobre as questões do povo negro e sua participação no mercado de trabalho e dos empecilhos traçados desde o período do Brasil colônia e a escravidão dos mesmos, a discriminação racial e a exclusão desses povos dos espaços públicos como escola, igreja e repartições públicas, o artigo traz uma discussão da inclusão dos negros a partir da implementação de políticas públicas no país.

## Introdução

A má distribuição de terra no Brasil ocorre desde o início da colonização das terras no século XVI, quando foi feita a distribuição das sesmarias às pessoas ligadas à Coroa portuguesa. A partir daí começava a distribuição desigual, pois muitos ficaram de fora, como os negros vindos de maneira cativa da África.

A forma que os povos negros foram introduzidos no Brasil, sem dúvida que isto ia de certa forma causar sequelas enormes, prejudicando o desenvolvimento dessas pessoas em nível de igualdade com povos brancos, motivos pelos quais projetaram-se nessa parte do povo brasileiro desigualdades sociais gritantes, pois foram ao longo do processo de colonização do país e expansão do capital sendo inicialmente escravizados e, quando foram “libertos” não tiveram nenhum amparo por parte do Estado, sempre foram discriminados por serem da raça negra.

Porém, a partir da década de 1990 começa as discussões sobre políticas públicas para os povos negros no Brasil e somente a partir dos anos 2000 a 2010 efetiva-

**palavras chave:**

**movimentos**

**sociais,**

**política,**

**reforma agrária.**

mente algumas políticas públicas se materializaram de forma concreta. Como, por exemplo, as políticas de cotas para negro nas universidades públicas, bolsas para os negros ofertadas nas instituições particulares e algumas organizações voltadas para assistência aos negros.

Mesmo a partir das políticas públicas para os povos negros, ainda é bastante perceptível as desigualdades sociais entre brancos e negros no Brasil, mas esperamos que com estas políticas públicas uma parte dessa desigualdade entre brancos e negros possa diminuir, principalmente o preconceito racial.

Os movimentos sociais de luta pela terra no Brasil, com suas ações iniciadas a partir da década de 1960, revelavam a grande importância de pressionar o governo federal para agilizar os projetos de reforma agrária, uma vez que a falta de terras para o trabalhador do campo cultivar à lavoura tem causado muitos problemas sociais como, por exemplo, conflitos entre trabalhadores camponeses e fazendeiros, fazendeiros e povos indígenas, capitalistas e trabalhadores camponeses, etc.

Dessa forma, os movimentos sociais de luta pela terra no Brasil tiveram de certa forma bastante espaço para expandir suas lutas, pois no país existem milhares de famílias que pretendem por meio da luta conseguir um lote de terra para trabalhar. Porém no Extremo Sul da Bahia, os movimentos sociais de luta por terra tomaram outras vertentes, como descreve Santos (2016) em seu livro *Aliança (neo)desenvolvimentista e decadência ideológica no campo*, que trata das questões dos movimentos sociais de luta por terra e do consenso entre líderes dos movimentos sociais com empresas capitalistas do agronegócio e a participação destes líderes nos governos petistas, consolidando assim o que a autora denomina de consenso político ideológico que, na visão crítica da autora, colidiu com o enfraquecimento dos movimentos sociais no Extremo Sul da Bahia, o que se observa não somente na região citada, mas em todo o país a partir dos governos petistas.

## **Movimentos Sociais da Atualidade, Campesinato e Capital**

Os assentamentos rurais no Brasil representam a materialidade das lutas realizadas pelos trabalhadores sem-terra devido a não distribuição das terras para os mesmos e, sobretudo, os pequenos agricultores que por algum motivo perderam suas terras para os grandes latifundiários ou porque nunca foram proprietários, mas que sempre almejavam conseguir a posse ou lote de terra no sentido de produzir alimentos para a subsistência da família (RIBEIRO, 2010 p. 12).

Ao longo da história do Brasil, os trabalhadores rurais sempre foram alvo da exploração por parte dos grandes latifundiários. Esses trabalhadores passaram por um processo de expropriação para se chegar ao estágio atual. Inicialmente foram escravizados, porém houve momentos em que lutaram para fugir da situação precária em que viviam.

Em primeira instância os trabalhadores escravizados, para fugirem da exploração que eram submetidos, procuravam formar os “quilombos”, lugares bem distantes das propriedades dos senhores, que representavam os territórios da vida e do trabalho e em que se podia ter um pouco de liberdade.

No processo de expropriação dos camponeses, por outro lado, emerge na produção do espaço do meio rural as marcas de um povo que se organiza para permanecer na terra através das lutas e dos desafios. Assim, vai resistindo diante do capitalismo a agricultura camponesa em busca de uma produção de subsistência para atender as necessidades alimentares da família.

Apesar das lutas e conflitos para que os camponeses consigam uma posse ou lote de terra, aqueles que já conseguiram vivem em péssimas condições de vida e a produção agrícola é ainda bastante deficiente na maior parte dessas unidades de produção, pois dependem muito das políticas públicas do governo no sentido de implementar ações que possam garantir a “produtividade” nos assentamentos.

Dessa forma, a estratégia que os camponeses recorrem para conseguir demonstrar suas insatisfações são as manifestações em frente aos palácios dos governos, reivindicando dos mesmos os recursos para o atendimento das necessidades das famílias assentadas, uma realidade na luta dos trabalhadores que querem retirar da terra o seu próprio sustento (Ribeiro, 2010 p. 12).

A vida do camponês em resistência ao capitalismo é sempre marcada por lutas e conflitos, pois a distribuição das terras continua desigual e a questão fundiária do país segue um grave problema social.

O campesinato no Brasil se formou com diferenças quando comparado com o campesinato de outras partes do mundo, como na Europa, em que sua origem é de pequenos proprietários de terra que foram expulsos de suas pequenas propriedades devido a expansão do capitalismo. No Brasil, existe o camponês que não tem terra e muitos trabalham como meeiros cultivando a terra dos proprietários fundiários, pagando com produtos ou dinheiro o uso da área cultivada, conforme apontou Andrade (1986, p. 33). Considerando as diversas leituras feitas sobre o campesinato, realizadas em outras sociedades do mundo, Souza (2008) destaca que:

Considerando o debate travado por Marx, em relação ao capital, retomamos aqui a discussão sobre o campesinato enquanto classe social que existe e resiste no campo, em diversas partes do mundo, como aprovam os estudos de vários autores, dentre os quais Teodor Shanin e Henri Mendras. Nessa discussão cabe pensar o que significa ser camponês e o que difere este sujeito social, no tempo e no espaço, da classe dos trabalhadores assalariados, ou mesmo dos proprietários fundiários, segundo a análise sobre classes sociais desenvolvida por Marx. (p.1).

Assim, os camponeses vêm ao longo da expansão do capital se constituindo enquanto classe de forma contraditória e subjetivamente resistindo as imposições do capital e construindo seu meio de sobrevivência, sem se sujeitar o capital de produção.

Quando referimos o termo subjetividade é pelo fato dos camponeses estarem inseridos numa classe na qual eles foram sujeitados devidos às imposições do capital, de onde vem resistindo e criando e recriando enquanto classe de resistência assim como quando os negros eram escravizados e para se libertarem fugiam para os quilombos.

Como se percebe, o campesinato no Brasil surge a partir de pessoas que não tinha posse de terra e si, para conseguir primeiro era organizada uma ocupação, na época dos quilombos eram áreas de terras consideradas devolutas – terras sem dono. Dessa forma, eles faziam o usucapião da terra, e atualmente muitas dessas áreas já

foram reconhecidas e documentadas, como por exemplo a comunidade da Lagoa do João no município de Poções na região do Sudoeste da Bahia.

Para tanto, se faz indispensável retomar as abordagens sobre o campesinato, enfatizando as que defendem o seu desaparecimento, com base nas análises iniciais de Marx, o que é resgatado por Lênin e, ao mesmo tempo, estabelecer o contraponto com outras análises, como a desenvolvida pelo russo Alexander Chayanov, até chegar aos estudos mais recentes desenvolvidos por Teodor Shanin, Henri Mendras e outros; bem com os reflexos destes estudos sobre o campesinato, a partir da sua efetiva participação (não apenas em termos de quantidade de população, mas também no que se refere ao papel político desempenhado) nas diversas sociedades latino-americanas e no Brasil especificamente, objeto de estudo de vários pesquisadores em Ciências Sociais, dos quais cabe-nos rememorar José de Souza Martins, Alexandrina Luz Conceição, Ariovaldo Umbelino de Oliveira, Marta Inez M. Marques e outros (Souza 2008. p.1).

De acordo com a autora, nas diversas análises realizadas sobre o campesinato, em diferentes momentos históricos e lugares dos mais variados, é mister destacar concepções de mundo diferenciadas e que apontam, muitas vezes, para perspectivas opostas, nas mais conhecidas teorias desenvolvidas.

Assim, considera-se que, o capitalismo vem reproduzindo de forma contraditória, ao longo de sua existência, uma classe de trabalhadores que enfrentando todas as dificuldades procuram resistir ao sistema capitalista de produção – são os camponeses. Segundo Martins (1986) essa é uma palavra nova no vocabulário brasileiro:

As palavras “camponesas” e “campesinato” são das mais recentes no vocabulário brasileiro, aí chegadas pelo caminho da importação política. Introduzidas em definitivo pelas esquerdas há mais de duas décadas, procuraram dar conta das lutas dos trabalhadores do campo que irromperam em vários pontos do país nos anos cinquenta [...] (p.21).

De acordo com Fernandes (2002, p.50) a organização do trabalho familiar no campo existe desde os primórdios da história da humanidade. Em seu processo de formação, a organização do trabalho camponês realizou-se em diferentes tipos de sociedade: escravista, feudal, capitalista e socialista. No capitalismo, a sua destruição não se efetivou conforme prognosticado, porque sua recriação acontece na produção capitalista das relações não capitalistas de produção e por meio da luta pela terra e pela reforma agrária. Assim, na não realização da destruição efetiva do camponês, tenta-se refutar o conceito.

Os seres humanos para se sentirem mais fortes politicamente e serem ouvidos e atendidas suas reivindicações pelos governantes começaram a se organizar em grupos, assim passou a se potencializar suas forças e formar movimentos com ideais a fim de lutar por diversas questões, lutando por questões que contemplassem a todos aqueles que compartilhem da ideologia formada pela grande maioria.

Dessa maneira, os movimentos sociais cresceram e repercutiram em vários países, primeiro na Europa no século XVIII e mais tarde nos outros países como, por exemplo, na América do Sul, onde existe uma grande insatisfação por parte dos trabalhadores rurais que precisam da terra para tirar dela o seu sustento. São pessoas que querem terra para cultivar, principalmente, pequenas lavouras de subsistência

que, no Brasil, começam a se organizar em movimentos sociais a partir da década de 1960 (GOHN, 1997, p.11).

Mas as lutas dos camponeses sem terras na maioria das vezes culminam em conflitos por terra, uma vez que a área ocupada na maioria das vezes ainda não foi desapropriada pelo INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Como o proprietário sempre quer a reintegração de posse, envia pistoleiros seus ou tropas policiais para expulsar os camponeses da área ocupada, e há casos em que os conflitos são tão intensos que terminam com mortes de trabalhadores.

Após os governos de Lula e Dilma, os movimentos sociais começaram a ficar na inércia, com os enfrentamentos às políticas de governos, bem como a ocupação de terras deixando de existir. Segundo Santos (2016, p.27), este fenômeno se deu justamente pelo fato de muitos líderes e militantes dos movimentos sociais de luta por terra estarem ocupando cargos nos governos tanto a nível estadual quanto a nível federal. A pesquisa de Ribeiro (2010, p. 53) deixa claro esta inércia ao citar que o representante da Pastoral da Terra em Vitória da Conquista afirmava que os movimentos sociais estavam parados pelo fato do governo ser aliado destes.

Diante disso, os pesquisadores acreditam que as lutas e os enfrentamentos, partindo dos movimentos sociais devem continuar, pois a tão sonhada reforma agrária de certo não chegou a todos aqueles que querem um pedaço de terra para trabalhar. Que é preciso questionar os desmandos e práticas absurdas que vem acontecendo nos governos da atualidade. Que os movimentos sociais ainda não saíram da inércia, e que precisam que se manifestem rapidamente para tentar corrigir o que ocorreu neste tempo em que os movimentos sociais ficaram praticamente parados. Que é necessário pressionar os poderes públicos para apressar a implementação de políticas públicas que atendam a sociedade e que deem retorno ao povo o quanto antes.

É preciso que os movimentos sociais voltem a lutar pelos seus ideais, deixando de se renderem ao capitalismo de produção, pois o capital está conseguindo o que sempre quis: dominar o campo e a cidade não dando lugar aos pequenos trabalhadores rurais, como ocorre no Extremo Sul da Bahia com o consenso entre os posseiros e os capitalistas (SANTOS, 2016, p. 61).

Santos (2016, p. 61) afirma que nesta região os posseiros nos assentamentos estão se sujeitando às imposições do capital, com as empresas do agronegócio explorando a força de trabalho no campo e fazendo acordos com líderes e militantes dos movimentos sociais para não terem suas áreas ocupadas. Em troca, os trabalhadores recebem algumas melhorias nos assentamentos como recompensa.

Assim, os movimentos sociais, tão importantes para fazer valer os direitos conquistados através da política de enfrentamento, devem retomar a luta pelos seus ideais para que preservem os princípios ideológicos dos mesmos, pois o capital ao longo do tempo e em sua expansão no mundo já conseguiu dominar quase todos os espaços, explorando os recursos naturais e a força de trabalho. Mesmo os países que resistiam à entrada do capital aos poucos cederam, como o caso da China. Lá, segundo Harvey (2005, p.42), fica bastante evidente que o capital e a busca por sua acumulação está mais interessado em seu próprio crescimento, não importando como as pessoas vivem, se em boas ou em péssimas condições.

Se, por um lado, os movimentos sociais estão em estado de inércia, por outro o campesinato continua resistindo às imposições contraditórias do capital. Segundo Almeida e Paulino (2010, p. 20), o capital (re)cria espaço para o campesinato, uma vez que este rejeita as condições impostas pelo capital de forma subjetiva, pois a maioria dos camponeses não consegue aumentar sua capacidade de produção pelo fato de não ter acesso a financiamentos bancários. Neste caso, o camponês não faz nenhuma mediação com o capital como define Mészáros (2011, p. 180): “[...] graças à preponderância das mediações de segunda ordem do sistema do capital esconde-se o fato de que, em qualquer circunstância, as condições de reprodução social só podem ser garantidas pela mediação”.

Dessa forma, o campesinato não faz nenhuma mediação com o capital, uma vez que esta classe trabalhadora sobrevive apenas da produção que consegue, sem ligação alguma com os meios de produção capitalista. Fernandes (2002, p. 49) arremata que: “Compreender o campesinato como classe não significa ter uma visão mecânica, mas sim, considerar a estrutura e as dimensões que compreende o seu modo de vida, a partir do seu território”.

Para Santos (2019), o enfrentamento é necessário para reativar as lutas da classe, como já ocorreu no passado. A autora acredita que à medida que os movimentos sociais retornem com o seu espírito de luta, pressionando o Estado a reativar as políticas públicas voltadas para a realização de projetos de reforma agrária, estariam de fato cumprindo com o seu compromisso com aqueles que esperam na implementação dessas políticas uma condição de acesso à terra.

No raciocínio de Santos (2016) fica evidente que os movimentos sociais devem sempre manter uma política crítica e de enfrentamento ao Estado e o capital de produção, e nunca tornar-se aliado entre o Estado e o capital, pois quando isso ocorre os movimentos sociais se enfraquecem politicamente, ficando na inércia.

## **O Capital, o Negro no Mercado de Trabalho, Escolarização e Políticas Públicas**

Sobre as questões do povo negro no Brasil, e, sobretudo, sua participação nos meios de produção, bem como a escolarização e considerando os problemas gerados pela discriminação racial das pessoas negras, através da exploração e escravização no período colonial até o final do século XIX, foi algo devastador para o povo negro, segundo (SANTOS e SANTOS, 2012, p. 2).

Cabe acrescentar, ainda, mais um ponto de interdição da população negra no espaço escolar, isto é, a reprodução nas instituições e práticas escolares dos estereótipos negativos presentes no imaginário social brasileiro sobre as manifestações culturais e religiosas da população de ascendência africana. Assim, a desigualdade no acesso e permanência da população negra no sistema oficial de ensino refletiu-se atualmente na defasagem educacional que acomete os negros no Brasil. (SANTOS e SANTOS, 2012, p. 2).

Sobre este contexto histórico e as condições desumanas as quais os negros foram submetidos, o legado que restou ao negro foi o preconceito, a discriminação racial e as mais humilhantes condições, uma vez que estes povos vindos do seu continente

de forma cativa, isto é, forçados, chegavam ao Brasil sem que lhes restasse nenhum direito de liberdade.

No período da escravidão uma série de atos oficiais legitimava as restrições que subtraíam aos africanos e seus descendentes direitos sociais e políticos básicos. Era proibido aos escravizados, por exemplo, fazer negócios, alugar casas, andar a noite após as dez horas sem a autorização escrita do senhor, entre outras restrições utilizadas pelo Estado para manter a ordem escravista (LIMA, 2002 *apud* SANTOS e SANTOS, 2012, p.4).

No que se refere ao ingresso em espaços de instrução pública, ressalta-se que mesmo quando no campo da legislação abriam-se possibilidades para que os negros tivessem acesso à instrução, como na primeira Carta Magna do país, a Constituição de 1824, que embora proibisse o acesso de escravos aos bancos escolares já que a estes não se atribuía o status de cidadãos, assegurava a instrução primária gratuita como direito de todo cidadão brasileiro, o que incluía negros livres ou libertos. No entanto, algumas províncias contrariaram a determinação constitucional impedindo o acesso de negros, mesmo livres ou libertos, as aulas públicas, como por exemplo, a Província de São Pedro do Rio Grande do Sul com a Lei de 22 de dezembro de 1937 (VEIGA, 2007 *apud* SANTOS e SANTOS, 2012, p.4).

O tratamento de hostilidade ao longo do tempo criou sequelas que, mesmo os governos implementando políticas públicas para tentar reparar os danos, será muito difícil, pois os problemas da discriminação racial estão impregnados na cultura. É certo que as políticas públicas buscam minimizar as desigualdades sociais que existem, mas não conseguem eliminar da sociedade as marcas da discriminação racial e o preconceito (SANTOS e SANTOS, 2012).

Além disso, constata-se a proeminência de estudos que discutam os efeitos presentes da discriminação praticada no passado, esses de certa forma justificam a implementação das políticas de ações afirmativas, que ao gerar mudanças no acesso às universidades públicas do país tem provocado reações contrárias de alguns setores da sociedade. Tal fato pode ser explicado como afirma Henriques (2002, p.14) pela naturalização da desigualdade que '[...] engendra, no seio da sociedade brasileira, resistências teóricas, ideológicas e políticas para identificar o combate à desigualdade como prioridade das políticas públicas' (SANTOS e SANTOS, 2012).

E tudo isso que aconteceu com o povo negro no Brasil foi justamente para alimentar a expansão do capital, uma vez que explorava a força de trabalho sem dar nenhum retorno ao trabalhador, e a mais-valia era algo extraordinário pois quase tudo que era produzido era convertido em lucro para os exploradores capitalistas, como afirma Martins, (2012, p. 452). É preciso observar, no entanto, que já nos fins da década de 1960 a busca contínua de extração da mais-valia conduziu a um deslocamento do trabalho vivo pelo trabalho morto.

No final do século XIX, com a “libertação dos escravos” os povos negros foram praticamente expulsos das propriedades rurais, sem direito algum, entregues a própria sorte. Assim, mais uma vez o capital ganhou força e de forma subjetiva vai eliminando dos meios de produção aqueles que não têm condições financeiras. Dessa forma, as políticas públicas de valorização dos povos negros, e, sobretudo, da sua cultura se fazem necessárias para ir reparando essas sequelas, construídas ao longo do tempo, para assim reconhecer os valores culturais e humanísticos do povo negro.

Com os povos negros de fora das propriedades de terras, ao longo do tempo também foram excluídos do sistema escolar, colocando assim nos piores índices de analfabetismos e cada vez mais longe de ocupar os melhores empregos no mercado de trabalho.

No que diz respeito às taxas de analfabetismo observou-se mais uma vez uma acentuada desvantagem da população negra que ostenta o índice de 19,8% de analfabetos em comparação a população não negra com 8,3%. O índice de analfabetismo funcional, até 3 anos de estudo, também é maior entre a população negra 55% contra 40% do total da população não negra.

O terceiro ponto destacado pelo autor foi à escolaridade média entre a população adulta (25 anos de idade ou mais). Levando em consideração o recorte racial, constatou-se que a escolaridade de um jovem negro com 25 anos de idade é em média de 6,1 anos de estudo enquanto um jovem não negro com a mesma idade tem em torno de 8,4 anos de estudo, uma diferença de 2,3 anos de estudos. (SANTOS e SANTOS, 2012, p. 3).

É possível observar a grande desigualdade intelectual entre brancos e negros no Brasil e que é preciso fazer muitas ações afirmativas e a implementação de políticas públicas para diminuir esta desigualdade e incluir os povos negros nos meios acadêmicos e, sobretudo, no mercado de trabalho, pois sem uma boa escolarização é impossível recuperar as grandes perdas educacionais e progressão social do povo negro.

Segundo Santos e Santos (2012), somente a partir da década de 1990 surgem alguns movimentos no Brasil voltados para a educação superior dos povos negros.

Em 1990 nascem organizações cujas ações são direcionadas exclusivamente para a área educacional, destacam-se a Associação Afro-Brasileira de Educação Cultural e preservação da Vida criada em São Paulo no ano de 1990, a Cooperativa Steve Biko, na cidade de Salvador em 1992 e o Educafro no Rio de Janeiro em 1993. É nessa época que também se intensifica a preocupação em aumentar o índice de participação da população negra no Ensino Superior, a primeira iniciativa formulada foi à criação de cursos pré-vestibulares. (SANTOS e SANTOS, 2012, p. 9).

Diante disso, percebemos que as políticas públicas para escolarizar os povos negros ainda precisam ser mais efetivas, pois a demora na implementação dessas políticas retarda ainda mais o avanço da população negra em ter acesso ao ensino superior, uma vez que as desigualdades sociais entre os negros e brancos ainda são muito elevadas. Ainda na década de 1990 foram criadas várias Leis federais que estimularam a implementação das ações afirmativas com o objetivo de ofertar o ensino superior aos povos negros:

Outras propostas de ações afirmativas podem ser observadas ainda na década de 1990 no âmbito do poder legislativo, destacam-se a proposta de Emenda Constitucional na época do deputado federal Florestan Fernandes (PT/SP); em 1995, a senadora Benedita da Silva (PT/RJ) apresenta os projetos de Lei n. 13 e 14; nesse mesmo ano o deputado federal Paulo Paim (PT/RS) encaminha o projeto de Lei n.1.239, em 1998, o deputado federal Luiz Alberto (PT/BA) elabora os projetos de Lei n. 4.567 e 4.568; e, em 1999 o senador Antero Paes de Barros (PSDB), apresenta o projeto de Lei n.298. Esses projetos sugeriam as mais variadas propostas desde a concessão de bolsas até a criação de um Fundo Nacional para o Desenvolvimento de Ações Afirmativas e o estabelecimento de cotas para o ingresso nas instituições de Ensino Superior (SANTOS e SANTOS, 2012, p. 10).

Mészáros (2008, p. 61) postula que a educação é o meio para que uma pessoa possa sair da situação degradante, das forças opressoras e dominadoras que de forma sub-

jetiva o torna alienada. A educação deve servir de resgate às pessoas para a vida em sociedade, que as transforme em não mais ignorantes, mas sabedoras de seus direitos e deveres enquanto cidadãos conscientes e livres da dominação subjetiva aceita antes. Assim, a educação tem algo criador, esclarecedor e clareador da mente das pessoas, que antes do conhecimento científico e filosófico eram submetidas às condições mais degradantes criadas pelo capital. A partir daí, é possível ver o mundo em uma nova interpretação, que os expõem como seres transformados e libertos pela educação.

Dessa forma, a educação será capaz de libertar as pessoas das forças opressoras do capital. É certo que, no sistema capitalista, nenhuma pessoa está fora da exploração, mas com o conhecimento intelectual cada um poderá reivindicar o seu direito enquanto ser humano, sabedora do certo e do errado, e consciente político, cultural e socialmente defensor de seus ideais dentro da sociedade.

Para Lima (2010) foi o governo de Luís Inácio Lula da Silva que deu início a implementação de políticas públicas para a inclusão dos povos negros nos meios acadêmicos. Além dos projetos de lei voltados para as ações afirmativas, foram criadas as cotas para negros nos processos vestibulares promovidos pelas instituições de ensino público e bolsas de estudo em instituições particulares de ensino superior. Portanto, estas ações políticas vão se concretizando e se materializando a partir da década de 2000 a 2010 (LIMA, 2010, p. 77).

Dessa forma, quando Mészáros (2011, p. 175) aponta que o capitalismo tem ao longo do tempo estabelecido a incapacidade de tratar da estruturação da sociedade, permitindo assim a exclusão de parte da sociedade que não usufrui dos meios de produção, este argumento se encaixa perfeitamente no povo negro do Brasil, que ao longo do tempo tiveram explorados as suas forças de trabalho sem usufruir dos meios de produção e sem os benefícios oferecidos pelo Estado no período pós-escravidão, quando foram proibidos de frequentar espaços públicos como escolas, igrejas, dentre outros.

Segundo Martins, (2012, p. 457) com o fim da escravidão, os negros ficaram excluídos do mercado de trabalho, mesmo com a expansão do capitalismo e o crescimento do espaço urbano. Somente a partir dos anos de 1940 que o negro vai se redefinindo no mercado de trabalho, como trabalhador em situação precária ou na informalidade. Este é também o período da chegada de muitos imigrantes europeus, que passaram a movimentar o mercado de trabalho composto por brancos, como parte de uma política de branqueamento da população brasileira a qual reforçava ainda mais a discriminação racial. Esta política ficou demonstrada na região Sudeste, mais precisamente no estado de São Paulo. Dessa forma, o capital de produção no Brasil se expande e com ele as desigualdades sociais,

[...]Assim, fazendo-se evidentes no cenário brasileiro após a constituição do trabalho livre, a desocupação e o trabalho precário, com que o negro se depara, se constituem expressões das estratégias de produção e subordinação do trabalho ao capital daquela fase histórica do capitalismo. Enquanto possuidor da mercadoria força de trabalho, os negros, a partir da transformação da ordem social, começam a competir com a força de trabalho imigrante (MARTINS, 2012, p. 457).

Para Mészáros (2011, p. 176), o capital é incapaz de tratar as causas como causas. Dessa forma, sempre existirão as desigualdades, uma vez que o capital produz na

sociedade a exclusão subjetiva. O capital produz as desigualdades sociais, desestrutura e reestrutura, entra em crise e se recupera, enquanto o socialismo em falência e decadente, ao longo do tempo, pois num mundo de economia globalizada o sistema socialista em muitos casos se isola do mundo, o que torna muito difícil se desenvolver politicamente, socialmente, e, sobretudo, crescer de forma significativa na economia.

As mediações de segunda ordem do capital constituem em círculo vicioso do qual aparentemente da mediação primária entre os seres humanos e as condições vitais para a sua reprodução a natureza. A mediação é um meio que no sistema capitalista existe entre a sociedade e os meios de produção.

Seguindo o raciocínio do autor, para aqueles que defendem o capital a condição alienante e pobreza de parte da sociedade trabalhadora é vista como algo divino. Dessa forma, o capital é algo cruel e desumano, uma vez que não consegue satisfazer humanamente todos os indivíduos dentro da sociedade e culmina na exclusão daqueles que não são participantes ativos dos meios de produção, principalmente nos países periféricos, onde as desigualdades sociais são gritantes.

Na segunda ordem do capital, este se reestrutura culminando por meio da subjetivação. Dessa forma, o capital vai reproduzindo na sociedade os efeitos da desigualdade que materializa na pobreza extrema de muitos que não participam dos meios de produção, este cenário é muito comum nas grandes e médias cidades espalhadas pelos países periféricos, principalmente do sul.

## Capital, Meio Ambiente e Movimentos Sociais

Conforme Santos (2016, p. 34), na expansão do agronegócio na região do Extremo Sul da Bahia é possível identificar que se dá em acordo com trabalhadores assentados em projetos de reforma agrária. Apesar desses trabalhadores estarem aceitando o que as empresas propõem, por outro lado estão permitindo também a degradação do meio ambiente, uma vez que, na área referida, está sendo cultivado o eucalipto, uma planta considerada invasora, pois a mesma não é nativa da região, e segundo especialistas, quando introduzimos uma espécie vegetal onde ele não existe isto causa impactos ambientais. No caso do eucalipto, causa ressecamento do solo, deixando o solo incapaz de desenvolver a vegetação nativa, bem como a atividade agrícola. Alguns pesquisadores afirmam com veemência que o seu plantio deve ser revisto para evitar danos maiores (VECHI e MAGALHÃES JUNIOR, 2018, p.499). Segundo os autores, o eucalipto é uma planta dominante, então naturalmente acaba expulsando do ecossistema todas as espécies nativas da área. Por este motivo, quando observamos uma plantação de eucalipto em baixo das árvores não conseguimos visualizar quase nenhuma espécie de vegetal.

Dessa forma, o capital que explora da força de trabalho existente na região está provocando, ao longo do tempo, sérios problemas ambientais, uma vez que ao deixarem de cultivar o eucalipto o solo não será aproveitado para outras culturas, ou terá que se esperar muito tempo para que o solo se recupere naturalmente. Além desses danos a longo prazo, o capital está causando problemas de ordem social, pois a população que vive na área afetada ficará sem meios de sobrevivência.

O agronegócio em sua grande cadeia produtiva utiliza muitos agrotóxicos, que podem infiltrar no subsolo e contaminar os aquíferos livres, prejudicando a população da região que utiliza da água para seus afazeres domésticos. Também estes agrotóxicos prejudicam a biodiversidade, pois partes dessas substâncias químicas permanecem na superfície terrestre, sendo escoadas através da água da chuva para se juntarem às águas superficiais, contaminando rios, lagos e córregos que servem para abastecimento de água à população local.

Por tudo isso, é preciso que os movimentos sociais que defendem a preservação do meio ambiente façam enfrentamentos com o objetivo de pedir políticas públicas para essa área, já que atualmente os projetos do governo federal do presidente Jair Bolsonaro para tratar das questões ambientais tem sido alvos de muitas críticas pelo fato de não estarem dando importância para a conservação dos meios naturais. Precisamos pensar na sustentabilidade ambiental do nosso país e do mundo, uma vez que impactos ambientais que ocorrem em uma região podem gerar problemas ambientais de ordem global.

## Considerações Finais

Como um trabalho de pesquisa bibliográfica, a metodologia do artigo foi a revisão bibliográfica acerca das questões ligadas aos movimentos sociais de luta por terra, demonstrando como está sendo feita a política dos mesmos e a materialização dos movimentos sociais no campo.

O tema tratado neste trabalho de pesquisa tem como relevância a importância da discussão dos movimentos sociais de luta por terra na atualidade, atuação do Estado e a expansão do capital, pois o que tem se percebido com base nos autores pesquisados é que os movimentos sociais de luta por terra precisam novamente voltar aos enfrentamentos políticos em busca de uma reforma agrária sem muitos interesses pessoais, mas voltados para a função social e não para a expansão do capital.

Muitos líderes destes movimentos têm demonstrado interesses pessoais e isso tem desviado o papel dos movimentos, porque esses “interesses pessoais” acabam se rendendo ao capital e, sobretudo, aliando-se até mesmo às estruturas de governos por serem de um partido político apoiador dos mesmos.

Ainda há aqueles que se aliam aos capitalistas do agronegócio, e os capitalistas se aproveitam disso para barrar as ocupações de suas referidas áreas. Portanto, uma política de enfrentamento é necessária, o viés político partidário e o consenso entre capitalistas não podem deixar atenuar o pensamento ideológico dos movimentos sociais. ↗

## REFERÊNCIAS

ANDRADE, Manuel Correa de. **O Homem e a Terra no Nordeste**. São Paulo, Editora Ática, 1986.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Agricultura Camponesa e / ou Agricultura Familiar. In: **Anais do XIII Encontro Nacional de Geógrafos**. Associação dos Geógrafos Brasileiros, João Pessoa/PB, 2002.

GOHN, Maria da Glória. **Teoria dos Movimentos Sociais Paradigmas Clássicos e Contemporâneos**. Edições Loyola, São Paulo, 1997.

HARVEY, David. **A Produção Capitalista do Espaço**. ed. 2ª, Editora Annablume, São Paulo, 2006. Tradução: Carlos Szlak.

LIMA, Márcia. **Desigualdades raciais e políticas públicas: Ações afirmativas no governo Lula**. Novos estudos CEBRAP 87, julho 2010, p. 77-95.

MARTINS, José de Souza, **os camponeses e a política no Brasil. As lutas sociais no campo e seu lugar no processo político**. 2ª edição, Petrópolis Rio de Janeiro, Editora, 1986.

MARTINS, Tereza Cristina Santos. **O negro no contexto das novas estratégias do capital: desemprego, precarização e informalidade**. Serv. Soc. São Paulo, n. 111, p. 450-467, jul./set. 2012.

MÉSZÁROS, István, 1930- **Para além do capital: rumo a uma teoria da transição** /István Mészáros; tradução Paulo Cezar Castanheira, Sérgio Lessa. - 1.ed. revista. – São Paulo: Boitempo, 2011. (Mundo do trabalho).

\_\_\_\_\_. **Educação Para Além do Capital**. Tradução: Isa Tavares. ed. 2ª. Editora: Boitempo, São Paulo, 2008.

PAULINO, Eliane Tomiasi. ALMEIDA, Rosimeire Aparecida de. **Terra e Território: A Questão Camponesa no Capitalismo**. ed. 1ª. Editora Expressão Popular, São Paulo, 2010.

RIBEIRO, José Carlos de Oliveira. **Agricultura camponesa, reprodução do espaço e condições de vida no Assentamento Amaralina em Vitória da Conquista na Bahia**. (Trabalho monográfico de final de curso: Volume 1) Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Vitória da Conquista, 2010.

SANTOS, Arlete Ramos dos. **Aliança (neo)desenvolvimentista: Movimentos sociais e reforma agrária de consenso**. ed. 1ª. Editora CRV, Curitiba, 2016.

\_\_\_\_\_. **Ocupar, Residir e Produzir, Também na Educação! O MST e a Burocracia Estatal: Negação e Consenso**. Paco Editorial, Jundiá, 2014.

SANTOS, Diana Viturino e SANTOS, Josimari Viturino. **Um olhar à história da Educação dos Negros no Brasil: demandas que impulsionaram a formulação de políticas de ações afirmativas para acesso ao Ensino Superior**. VI Colóquio Internacional: Educação e Contemporaneidade, 20 a 22 de setembro de 2012, São Cristóvão, Sergipe. Disponível em: <[http://www.ccv.ufs.br/ccv/concursos/p\\_ss2010/pa\\_af/index.html](http://www.ccv.ufs.br/ccv/concursos/p_ss2010/pa_af/index.html)>.

SOUZA, Suzane Tosta. **Da Negação ao Discurso “Hegemônico” do Capital à Atualidade da Luta de Classes no Campo Brasileiro. Camponeses em Luta pelo Território no Sudoeste da Bahia** (Tese de doutorado: Volume1). Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão /SE, 2008.

VECHI, Anderson de. MAGALHÃES JUNIOR, Carlos Alberto de Oliveira. **Aspectos positivos e negativos da cultura do eucalipto e os efeitos ambientais do seu cultivo**. Revista Valore, Volta Redonda, 3, (1): 495-507, Jan./Jun. 2018.